

## O PENSAMENTO MILITAR NO PROJETO BRASIL GRANDE POTÊNCIA

João Miguel Villas-Bôas Barcellos\*

### RESUMO

O pensamento militar brasileiro, em sua modalidade política e estratégica, está na origem do projeto de modernização e desenvolvimento nacional. Desde o fim da Guerra do Paraguai e a introdução do positivismo na caserna, os militares colocam-se diante da necessidade de se pensar o Brasil e sua vocação de se tornar uma grande potência. Nosso trabalho visa analisar as principais ideias e momentos em que as Forças Armadas, mas, principalmente, o Exército Brasileiro, chamaram para si a responsabilidade de serem coadjuvantes ou protagonistas do processo político de modernização. Para cumprir com o nosso objetivo, dividimos o trabalho em três partes. A primeira se propõe a analisar a criação de doutrinas de segurança e a construção do ideal de potência mundial; a segunda será uma investigação sobre o pensamento geopolítico com foco em três militares: Mário Travassos, Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva; a terceira e derradeira parte versa acerca da participação dos militares diretamente na política governamental por meio do Regime Militar de 1964-1985.

**Palavras-chave:** Pensamento militar. Geopolítica. Grande Potência. Segurança Nacional.

### THE MILITARY THINKING IN THE BRAZIL GREAT POWER PROJECT

#### ABSTRACT

*The Brazilian military thinking, in its political and strategic modality, is at the origin of the modernization and national development project. Since the end of the Paraguay War and the introduction of positivism in the barracks, the military has faced the need to think about Brazil and its vocation to become a great power. This paper aims to analyze the main ideas and moments in which the Armed Forces, but especially the Brazilian Army, felt the responsibility of being supportive or even protagonists of the political process of modernization. To accomplish our goal, we divided the work into three parts. The first proposes to analyze the creation of national security doctrines and the construction of the ideal of world power; the second regards with an investigation of geopolitical thinking focusing on three military personnel: Mário Travassos, Meira Mattos and Golbery do Couto e Silva; the third and final part concerns the direct military participation in government with the Military Regime (1964-1985).*

*Keywords: Military Thought. Geopolitics. Great Power. National Security.*

\* Bacharel em Relações Internacionais (PUC-Go), mestre e doutorando em Economia Política Internacional - IE (UFRJ).

## EL PENSAMIENTO MILITAR EN EL PROYECTO BRASIL GRANDE PODER

### RESUMEN

*El pensamiento militar brasileño, en su modalidad política y estratégica, está en el origen del proyecto de modernización y desarrollo nacional. Desde el final de la guerra de Paraguay y la introducción del positivismo en los cuarteles, los militares han enfrentado la necesidad de pensar en Brasil y su vocación de convertirse en un gran poder. Este artículo tiene como objetivo analizar las ideas principales y los momentos en que las Fuerzas Armadas, pero especialmente el Ejército brasileño, sintieron la responsabilidad de ser solidarios o incluso protagonistas del proceso político de modernización. Para lograr nuestro objetivo, dividimos el trabajo en tres partes. La primera parte propone analizar la creación de doctrinas de seguridad nacional y la construcción del ideal del poder mundial; la segunda se refiere a una investigación del pensamiento geopolítico centrada en tres militares: Mário Travassos, Meira Mattos y Golbery do Couto e Silva; La tercera y última parte se refiere a la participación militar directa en el gobierno con el régimen militar (1964-1985).*

*Palabras clave: Pensamiento Militar. Geopolítica. Gran Potencia. Seguridad Nacional.*

### **1 AS DOCTRINAS DE SEGURANÇA E A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE “BRASIL POTÊNCIA”**

Com o término da Guerra do Paraguai, o Exército adquiriu projeção na vida política nacional. O positivismo trouxe substância a essa projeção e sua doutrina ajudou a estruturar o pensamento militar que se formava. Pensamento militar esse que se impôs na vida nacional com a Proclamação da República. Todavia, esta determinação foi efêmera, já que se viu derrocada pela infeliz campanha militar em Canudos, o que abriu espaço para a sua contestação e posterior derrota pelas elites oligárquicas, em especial, a paulista e cafeeira, que conduziram os negócios do Brasil durante a República Velha (FERREIROS, 2007, p. 50; TREVISAN, 1985, pp. 18-19). Mas com a Revolução de 1930, resultado do posicionamento da juventude militar na década anterior, o Exército volta ao proscênio do cenário nacional e infunde por meio século seu pensamento na condução do país. O trecho abaixo explicita esta imposição:

É indispensável ressaltar, nesse ponto, o papel exercido pelos militares, pela longa tradição histórica que veio desde a luta pela siderurgia e pelo petróleo. As Forças Armadas sempre perceberam quais os setores estratégicos, em cada momento histórico, para o desenvolvimento da potencialidade nacional do

ponto de vista técnico-militar. (COUTINHO, 1987, p. 181).

A citação do professor, e, posteriormente presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho ilustra bem o papel que os militares desempenharam na história nacional e, particularmente, no processo de modernização e construção de espaços para o desenvolvimento produtivo do país. Ao longo do processo de desenvolvimento nacional, salta aos olhos a profunda participação das Forças Armadas – o Exército, notadamente. Desde os “Jovens Turcos” – movimento de intercâmbio de oficiais brasileiros com Alemanha na primeira década do século XX que inspirou importantes mudanças na mentalidade dos jovens intercambistas -, há uma reforma na mentalidade dos jovens oficiais que comandarão posições-chave no futuro (TREVISAN, 1985, p. 24).

Em 1913, esses militares criam a revista *Defesa Nacional*, com o objetivo de estudar e debater questões atinentes à guerra e aspectos da modernização do aparato militar. Na década dos anos vinte do século XX eclodiu o que se conheceu por “movimento tenentista”, tal acontecimento conduziu a mudança estrutural pela qual adiante passaria o país. Os tenentes buscavam purificar a política, tendo em vista a carcomida realidade e corrupção nas relações de poder na República Velha (TREVISAN, 1985, p. 25-26).

Essa onda de reforma política e pressão militar culminaram com a Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas, sustentado por militares e elites regionais, assume o comando nacional e inicia o processo de reestruturação do Estado Nacional brasileiro em bases centralizadoras e autoritária. É nesse contexto que Pedro Aurélio de Góes Monteiro – chefe militar da Revolução – elabora o que se convencionou chamar de “Doutrina Góes Monteiro” (FERREIRA, 2001, p. 151): deve-se praticar a política do Exército, não a política no Exército. Havia certa antipatia de Góes pelos políticos que queriam os militares passivos, apenas seguidores de ordens. Isso implica em uma nova organização nacional, autoritária, centralizada e desenvolvimentista (TREVISAN, 1985, p. 36). Para Góes, as Forças Armadas teriam uma missão:

[...] um órgão essencialmente político; e a ele interessa fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a construção e a educação do povo, o regime político-social, tudo enfim afeta a política militar do país [...]. (MONTEIRO, apud TREVISAN, 1985, p. 37).

Góes Monteiro cita, antes da existência da Doutrina de Segurança Nacional

(DSN)<sup>1</sup>, a importância da segurança nacional como base do desenvolvimento. Para o general, os termos se confundiam. Assim, o ideal de Estado forte seria, segundo Trevisan, um meio para o desenvolvimento econômico:

O que de fato a Doutrina pretendia era a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando primeiramente à disciplina do corpo social que provocaria desenvolvimento econômico. A consequência natural do desenvolvimento econômico seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional. Esta função privativa, razão de ser do militar, deveria passar a razão de toda sociedade; motivo de vida de qualquer brasileiro. (TREVISAN, p. 41, 1985).

Desse modo, todo brasileiro deveria ser o artífice do desenvolvimento nacional. Este seria, de acordo com o general, a única maneira de superar o atraso material que colocava o país na miséria.

Destarte, a “Doutrina” Góes Monteiro será, então, a precursora da Doutrina de Segurança Nacional pensada na Escola Superior de Guerra (ESG), na medida em que o general considerou e buscou submeter, pela política do Exército, o Estado brasileiro às necessidades de se pensar o desenvolvimento vinculado à segurança nacional.

A mentalidade modernizadora seguirá seu curso consolidando-se com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), de 1949, junto à ESG. Desse modo, o Exército procurou construir os meios no aparato estatal de transformação estrutural da nação (FERREIRA, 2007, p. 586-588).

Haveria, segundo Miyamoto e Gonçalves (2000), uma percepção, de cunho realista e, até mesmo hobbesiana, para Ferreira (2001), no estamento militar acerca do sistema internacional, o que conferiria um caráter geopolítico às ações políticas e econômicas do Estado. Exemplo desta percepção é a tentativa de associar Segurança ao Desenvolvimento, conforme nas doutrinas militares, não seria possível um sem o outro (TREVISAN, 1985, pp. 52-53).

Fundada em 1949 – no contexto da bipolaridade da Guerra Fria - para ser a casa formadora da elite decisória nacional, a Escola Superior de Guerra é concebida de modo a construir as bases do poder nacional. Para isso, era necessária a organização dos objetivos atuais e permanentes contidos na Doutrina de Segurança Nacional. Militares, como Cordeiro de Farias e Juarez Távora, foram fundamentais para a idealização da Escola. Um dos grandes pilares da DSN seria o combate ao comunismo, ameaça que se explicitou na intentona de 1935. Esta doutrina deveria

---

1 Sobre a Doutrina de Segurança Nacional ver: OLIVEIRA, Eliézer. A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Militares: pensamento e ação política. *Forças Armadas e Sociedade*; 1 1987.

ser debelada pelo Exército, haja vista a incapacidade e fragilidade da elite política nacional, bem como do povo brasileiro, de percebê-lo como ameaça (FERREIRA, 2001).

Antes de esmiuçarmos a DSN, cabe ressaltar que, diferentemente do que sugerem alguns pesquisadores do tema (BRAGA, 2002, p. 51), a ESG não fora fundada como uma mera continuidade da política de segurança estadunidense, mas, sim, como um lugar para se pensar e formar a elite que transformaria qualitativamente o país (MATTOS, 1975, p. 60; OLIVEIRA, 1987, p. 60). Há aqui uma ampla discussão, que tomou conta do país no fim dos anos 1940 e anos 1950, a qual gira em torno da celeuma entre nacionalistas e liberais<sup>2</sup>. Os primeiros seriam militares e civis - tanto à esquerda quanto à direita do espectro político-ideológico – a qual compreendiam certos temas da agenda nacional como o petróleo, a industrialização, a política externa e a participação do capital estrangeiro na economia deveriam ser submetidas ao projeto nacionalista de caráter desenvolvimentista.

Por outro lado, os liberais, ou americanistas, percebiam a necessidade de um alinhamento com os Estados Unidos no campo diplomático, além de entenderem como importante a atividade agrícola, a livre entrada do capital estrangeiro, sem taxação da remessa de lucro das empresas multinacionais e da exploração do petróleo por companhias internacionais<sup>3</sup>. Na caserna, tal dicotomia ficou externada em acirrados embates no Clube Militar, como o conhecido embate entre as facções no que diz respeito à campanha do “petróleo é nosso”. Os nacionalistas, generais Horta Barbosa, Estilac Leal e Felicíssimo Cardoso, defendiam ardorosamente o monopólio da produção, ao passo que Juarez Távora e outros, alcunhados como “americanistas” ou ainda “entreguistas”, advogavam o oposto (TREVISAN, 1985, p. 61; CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, p. 396).

Fora do estamento militar, a dicotomia “nacionalistas x liberais” foi igualmente debatida e expôs o grau de divisão entre as divergentes visões de mundo. Neste sentido, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), juntamente com setores das Forças Armadas, foram os grandes defensores das ideias nacionalistas e desenvolvimentistas no país. Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Nelson Sodré, Celso Furtado e outros intelectuais de peso argumentavam a favor de um projeto de desenvolvimento autônomo nacional que transformasse a base produtiva e superasse a dependência econômica externa

2 Os liberais, ou americanistas eram constantemente alcunhados por “entreguistas”, adjetivo pejorativo bastante comum entre seus críticos.

3 Para mais informações acerca dessa discussão ver a riquíssima obra de Hélio Jaguaribe (*O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*). Nela, o autor aborda com profundidade as causas mais profundas e as motivações dos grupos opostos, nacionalistas e cosmopolitas (entreguistas e americanistas). O ponto alto dessa dicotomia foi a “questão do petróleo”, mas se desdobrou no campo diplomático e na própria percepção de como realizar o desenvolvimento nacional. Cf. JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

do Brasil. Em sentido oposto estavam a União Democrática Nacional (UDN) e instituições civis como Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)<sup>4</sup>, além de jornais como a Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda, que defendiam um alinhamento ideológico com os Estados Unidos e a participação e desregulação do capital internacional na economia brasileira (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 51).

A Escola Superior de Guerra (ESG), tendo sido fundada em pleno embate ideológico acima relatado, teria sido fruto de uma iniciativa – mesmo com alguma influência da conjuntura da bipolaridade – de militares brasileiros já discutindo os problemas estruturais do país e o pensamento geopolítico antes da sua fundação, percebiam a necessidade de uma instituição para se pensar e formar os quadros de liderança da nação (OLIVEIRA, 1987, p. 60-61). Acerca desta questão, Vânia Vlach cita o general e geopolítico, Meira Mattos:

Em 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra, o pensamento político brasileiro começou a se estruturar em bases realistas e científicas. É a ESG responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder nacional (MATTOS, 1975, *apud* VLACH, 2003, p. 07).

Uma das influências relevantes à DSN foi, segundo Oliveira (1987, p. 62), o pensamento autoritário desenvolvimentista de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Esses, além de exortar a necessária centralização e concentração de poder no Estado como veículo transformador do desenvolvimento nacional, corroboraram com a tese da incapacidade das elites tradicionais e das massas atuarem como agentes da modernização material do país. Desse modo, os militares se viam como única classe capaz de ensinar à elite nacional a pensar no bem comum e nos interesses nacionais. Portanto, a ESG surge, igualmente, com este objetivo, qual seja o de formar uma elite nacional capaz de conduzir o Brasil à grandeza tanto desejada (VLACH, 2003, p. 07).

Os pilares fundamentais da DSN seriam: o militar, o econômico, o psicossocial e o político. Todos deveriam estar coesamente voltados para a segurança nacional e para o desenvolvimento. Ou seja, na coordenação dos elementos civis e militares estaria a base para o enfrentamento das ameaças externas e internas. Para tanto, *objetivos nacionais* (ON) foram elaborados de modo a dividirem-se em *objetivos nacionais permanentes* (ONP) e *objetivos nacionais atuais* (ONA); e levariam a nação a poder realizar o que se está em condições de alcançar, aqueles que seriam os desejos nacionais de longo prazo, tal como a potência (VLACH, 2003, p. 08). Luís

---

4 IBAD e IPES eram instituições vinculadas ao alinhamento com os Estados Unidos, anticomunistas, além de serem financiadas por esse país para combaterem as ideias nacionalistas.

Miguel sintetiza bem:

[...] a doutrina da ESG foi codificada no Manual Básico da Escola. Tratava-se de uma interpretação completa do País, seu passado, presente e futuro. O elemento mais importante era a apresentação dos “Objetivos Nacionais Permanentes”, isto é, dos valores perseguidos pela nação. Eles incluíam a soberania, a integração nacional, a integridade territorial, a democracia (numa forma apropriada à “realidade brasileira”) e o progresso. Estes seriam os interesses vitais do Brasil; eram operacionalizados nos “Objetivos Nacionais Atuais”. Além disso, o Manual listava os “óbices” e “pressões” a serem enfrentados e determinava o “Conceito Estratégico Nacional” que daria forma a este enfrentamento nos campos “econômico”, “político”, “psicossocial” e “militar”. (MIGUEL, 2002, p. 03).

No mesmo diapasão, Trevisan cita alguns dos principais objetivos permanentes contidos na DSN:

- a. salvaguarda intransigente de nossa independência política;
- b. consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios de justiça social e de moral cristã;
- c. incorporação de todo território nacional, humanizando-se e valorizando-se os largos espaços ainda vazios;
- d. fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados e a crescente projeção do País no exterior, com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional. (TREVISAN, 1985, p. 54)

É interessante constatar o último ponto, no qual se faz menção à projeção internacional do país. A DSN é, para além de um instrumento de desenvolvimento econômico nacional, uma importante pilastra da geopolítica pensada no aparelho militar estatal (OLIVEIRA, 1987, p. 69). Nesse sentido, Vlach reforça que:

A geopolítica, cujos defensores encontram na ESG um espaço privilegiado de discussão, é “*uma doutrina política essencialmente brasileira*”, para usar as palavras do autor apontado (Meira Mattos). É assim que uma “*escola brasileira de geopolítica*” não tarda a ganhar corpo em seu seio, o que permite compreender porque a ESG torna-se conhecida como a “*Sorbonne militar*”. Mas a ESG não tem apenas pretensões teóricas: seus fundadores têm “*a consciência de que o Brasil*

*possuía os requisitos para chegar à grande potência”* (Meira Mattos, 1975: 60). Em outras palavras, é a partir da fundação da Escola Superior de Guerra que as elites militares (com apoio das elites civis instaladas nos mais altos postos da burocracia do Estado) assumem a execução do projeto de tornar o Brasil “grande potência”, denominação que certamente leva em conta o mundo bipolar, sob a hegemonia das duas superpotências mundiais da época (Estados Unidos e União Soviética). (VLACH, 2003, p. 07-08).

O grande desejo dos militares, exemplificado nas doutrinas acima, era o de transformar o Brasil em uma grande potência mundial. Assim, o considerável potencial material do país, o extenso e rico território não poderia deixar de ufanar muitos nacionalistas. Houve uma ampla campanha pela ocupação das fronteiras “mortas” do país. Teixeira Soares, diplomata e pensador da geopolítica, propôs a ocupação das fronteiras de modo a transformá-las em “fronteiras vivas” (SOARES, 1975, p. 170).

Após ilustrarmos, no âmbito doutrinário e ideológico, as linhas mestras que guiariam o Brasil à condição de potência mundial, tentaremos analisar a contribuição e talvez a influência de três dos maiores pensadores militares brasileiros: Mário Travassos, Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva. Tais autores emprestaram ao pensamento militar, geopolítico e do desenvolvimento nacional, uma relevante contribuição.

## **2 O PENSAMENTO MILITAR SOBRE GEOPOLÍTICA E A PROJEÇÃO DE PODER DO BRASIL NO CONTINENTE E NO MUNDO: (TRAVASSOS, MATTOS, GOLBERY)**

No Brasil, o pensamento geopolítico tem início a partir das obras de Everardo Beckheuser e Delgado de Carvalho, que buscaram transplantar para a realidade territorial brasileira as questões abordadas por clássicos autores, como Ratzel e Kjellen. A geopolítica deveria ser um eixo estratégico e orientador das políticas de segurança, bem como linha mestra do desenvolvimento nacional (COSTA, 2017, p. 02).

Como pilar de sustentação das doutrinas e da ação do Estado na transformação e modernização do país, contribuiu uma série de militares, alguns nem sempre reconhecidos como determinantes, outros mais destacados como Golbery do Couto e Silva. O objetivo deste trecho do artigo é ilustrar a participação de certos militares que desempenharam um papel significativo nos desdobramentos políticos das Forças Armadas e do Estado brasileiro no período que vai dos anos 1930 até 1980. Trataremos aqui de três: Mário Travassos, Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva. Cada um deles deu sua contribuição específica para se pensar o “projeto Brasil Grande Potência”.



É interessante notar como os militares e geopolíticos brasileiros procuraram explorar as rivalidades existentes para catalisar apoio ao projeto de transformação do país em uma potência mundial. Como veremos no pensamento de Mário Travassos e igualmente de muitos outros – como os Estados-Maiores das Forças Armadas até o final dos anos 1970 –, a Argentina seria nossa principal hipótese de guerra, e os Estados Unidos eram, constantemente, colocados como aliados, mas com enorme desconfiança, haja vista seu poder hegemônico e capacidade de intervenção mundial (CAVAGNARI FILHO, 2000, p. 135).

Mário Travassos inicia sua principal obra, *Projeção Continental do Brasil*, aludindo à fundamental importância dos fatores geográficos como instrumento de poder das nações ao longo do tempo. Expõe, desse modo, as necessárias saídas marítimas para Alemanha, Rússia e Inglaterra como preponderantes para sua projeção. Explícita, detalhadamente, cada fator da geografia como potencial instrumento ou alavanca de poder do Estado: mar, planalto, desembocadura fluvial, enfim, tudo é relevante (TRAVASSOS, 1935, introdução, p. 10-21). O autor divide seu livro em três itens. A primeira, “aspectos capitais”, trata dos antagonismos Atlântico versus Pacífico e Prata versus Amazônia, da política de comunicações platina e da possível reação do Brasil ao movimento argentino de integração logística com o Paraguai e a Bolívia (TRAVASSOS, 1935, p. 03-43). Na segunda parte, “signos de inquietação política”, dentre outras questões, o autor aborda a estratégica posição boliviana para a geopolítica regional, bem como da influência e ameaça “yankee” ao subcontinente sul-americano (TRAVASSOS, 1935, p. 43-83). Na terceira e última seções, “projeção continental do Brasil”, Travassos faz uma análise dos potenciais de integração do território nacional, principalmente a partir de um plano rodoviário (TRAVASSOS, 1935, p. 83-133). Cabe salientar que, além das três partes citadas, há no apêndice do livro uma série de artigos sobre a ocupação territorial do Brasil, como também da necessidade de se penetrar no Oeste.

Para Travassos, a América do Sul estaria flanqueada por dois polos de poder: a Argentina, então considerada a República mais próspera da região; e os Estados Unidos, que haviam transformado o Mar do Caribe em seu Mediterrâneo (TRAVASSOS, 1935, p. 69-75). O Brasil deveria repensar seu desenvolvimento levando em conta essa realidade, para tal, pensou no Plano Nacional de Viação, o qual poderia conectar o território e criar uma logística de projeção de poder. Travassos acabou se tornando um contribuinte do projeto desenvolvimentista de Vargas, além de ser considerado grande entusiasta das bases do nacional-desenvolvimentismo (VLACH, 2003, p. 05). É fundamental ressaltar que, à época, a Argentina era considerada uma grande ameaça ao Brasil e, portanto, dever-se-ia criar, no país, os meios adequados à sua superação. Três seriam os fatores de preocupação de Travassos no Continente:

- a) A pressão estadunidense – “influência yankee” - vinda do Norte sobre a Amazônia e sua progressiva infiltração e dominação das calhas dos rios Orenoco e Madalena;
- b) A centralidade da Bolívia como espaço de disputa de influência da Argentina e do Brasil - além de se colocar como o *heartland* sul-americano e ser um território no qual as potências regionais podem entrar em conflito por garantia de influência; e
- c) O Uruguai, o qual teria uma política oscilatória entre a influência argentina e brasileira (TRAVASSOS, 1935, p. 53-55).

A disputa com a Argentina tem em consideração a influência no Paraguai e na Bolívia, lugares em que a rede ferroviária do país platino alcança e, portanto, torna-se logisticamente um instrumento de hegemonia. Ao Brasil, caberia a alteração de tal quadro criando acesso aos mesmos países e oferecendo uma logística de escoamento de sua produção para o Atlântico, além de se pensar em criação dos meios para integrar as redes fluviais amazônicas aos países nos quais se pretende exercer influência. Uma das iniciativas deveria ser a atração do chamado “triângulo estratégico”, formado por Santa Cruz de La Sierra/Sucre/Cochabamba ao porto de Guajará Mirim, no Rio Madeira. Isso vincularia a riqueza econômica mineral boliviana ao complexo estratégico brasileiro. Outro ponto relevante é a ligação, que essa medida permitiria, das rodovias brasileiras ao Pacífico, aproximando-nos, via “triângulo estratégico”, ao Peru e ao Chile. Essas iniciativas têm por fim excluir a influência que a Argentina exercia na região e alçar o Brasil a um patamar continental de poder hegemônico (TRAVASSOS, 1935, p. 24-27).

Depreende-se, portanto, que, para Travassos, tornava-se fundamental que o Brasil impedisse a reconstrução do antigo Vice-Reino da Prata, capitaneado pela Argentina. A melhor maneira de fazê-lo seria a balcanização da região, mantendo-a dividida e sob a influência brasileira. O Brasil deveria buscar resgatar a política colonial lusitana de expandir-se para o Oeste (TRAVASSOS, 1935, pp. 2010-2014). Como resultado prático:

Travassos espera que o governo resultante da “Revolução” de 1930 compreenda o papel fundamental que as redes de transporte exercem em países de grande dimensão territorial, com o interior praticamente despovoado. Em escala nacional, o desenvolvimento de uma política de transportes contribuiria para favorecer a ocupação do interior, o que, de maneira gradativa, intensificaria as relações entre as regiões brasileiras. Compreende-se, assim, a referência que faz ao papel político dos “homens de Estado” (leia-se Vargas) junto às “coletividades que dirigem”. (VLACH, 2003, p. 04-05).

Se, durante os primeiros 50 anos, a Argentina exerceu maior influência continental, na segunda metade do século XX, o Brasil conseguiu estruturar um projeto de poder continental, cujo ápice encontra-se nos governos Médici-Geisel (1969-79) e perdura até os dias atuais.

Travassos buscou, desse modo, mostrar em sua obra *Projeção Continental do Brasil* um caminho, pela integração viária e logística, para a superação do atraso estrutural brasileiro e superar, outrossim, o poder de influência que a Argentina e os Estados Unidos exerciam na região meridional sul-americana. O geopolítico ilustrou a fundamental relevância de uma política territorial para o exercício da hegemonia brasileira na região.

Se Mário Travassos pensou na projeção continental do poder nacional, Meira Mattos, outro importante general, vislumbrou uma projeção mundial do Brasil. Este contribuiu amplamente na produção de obras no campo da Geopolítica, mas que também podem ser usadas para entendermos sua preocupação com o desenvolvimento do país. O autor, que percebe o mundo de maneira *realista*, entende que não é possível ao Estado de contar com a boa vontade de outro e, portanto, deve-se preparar para garantir seu desenvolvimento de maneira autônoma e independente (MATTOS, 2011, p. 40). Em seu livro *Projeção Mundial do Brasil*, Meira Mattos faz importante descrição da imensidão que é o país:

No cenário político-militar do globo, por força de nossa posição geográfica, estamos vinculados à estratégia de duas grandes áreas - do continente americano e do Atlântico Sul. Essas vinculações diretas, entretanto, nos arrastam a outras responsabilidades no quadro geoestratégico do planeta, em função do fator contiguidade geográfica, de valor constantemente alterado em virtude da rápida evolução dos meios de agressão bélica. (MATTOS, 2011, p. 43).

E continua:

Nossa posição continental, ocupando uma extensa parte do território sul-americano, quase a metade, com um saliente lançado sobre a imensa massa afro-euro-asiática, nos incorpora, inelutavelmente, à estratégia mundial, como donos que somos do espaço vital à realização de dois planos militares de capital importância para a segurança do ocidente: o da defesa do continente americano, continente que poderá, um dia, vir a se transformar em “bastião do mundo livre”, em “cidadela das democracias” e o de manutenção da ponte estratégica do Atlântico, ligando à massa afro-euro-asiática, e vice-versa. (MATTOS, 2011, p.43).

Essas palavras de Meira Mattos denotam a importância do papel do Brasil na região e no mundo. Para que tal papel seja desempenhado haveria de se buscar a garantia de autonomia necessária à sua execução. O autor salienta que sem a ampla ideia de desenvolvimento social e econômico não há autonomia e independência nacional nas relações internacionais (MATTOS, 2011, p. 51). No que tange às linhas mestras de uma política externa, diz que se assentam em três fundamentos: “raízes históricas da formação da nacionalidade, nas servidões geográficas do território e nas aspirações autênticas de um povo” (MATTOS, 2011, p. 55).

Após citar grandes nomes da Geopolítica e da História, o autor traça as metas e origens da nossa política externa, que seriam ocidentalismo, o cristianismo e a democracia, como pontos primordiais. Assim, ele explicita:

Essa síntese nos conduz inelutavelmente, para o lado ocidental. Procurar fora do mundo ocidental uma linha de destinação política para nossa nacionalidade seria, para nós, o rompimento violento com as origens étnicas, religiosas, culturais e sentimentais. Não resta dúvida, portanto, de que somos ocidentais por imperativo de nossa gênese política e pela força incoercível de nossas aspirações espirituais. (MATTOS, 2011, p. 56).

Meira Mattos, ao descrever com empolgação o destino de grandeza e as potencialidades do Brasil, vale-se, além de suas importantes especulações, da contribuição de importantes pensadores da geopolítica e do poder, como Arnold Toynbeen, Tibor Mende, Hans Morgenthau e Nicholas Spykman. Estes, que escreveram importantes obras sobre os países emergentes e prováveis potências do futuro, influenciaram também o entendimento do conceito de “potência mundial”, do qual Mattos será tributário (MATTOS, 2011, p. 33-34 e 208)<sup>5</sup>.

Outro aspecto importante do General é sua visão acerca do domínio do átomo para garantir o necessário desenvolvimento de uma potência. A respeito do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), repreende Mattos:

Pactuaram os cinco grandes, que são os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU, um tratado de não-proliferação que deveria assegurar-lhes, e somente a eles, o conhecimento completo da tecnologia nuclear. Aos outros países, forneceriam uma tecnologia ‘empacotada e indevassável’. Teriam, os outros,

---

5 É interessante notar que Meira Mattos cita constantemente “inspirações” de autores realistas (principalmente Morgenthau), grandes pensadores e políticos que enxergavam a necessária relação entre o poder e a realidade. Assim, Bismark e Churchill tornam-se homens de grande inspiração para o autor. Para mais detalhes sobre o realismo político e a *Realpolitik*, segundo Mattos, ver o capítulo 6 de “A geopolítica e as projeções de poder”.

que viver à custa deles, proibidos de desvendar todos os segredos dessa nova tecnologia. (MATTOS, 2011, p. 178).

Diante disso, pondera: “do ponto de vista de segurança, ficariam os cinco do Clube Atômico na condição de árbitros mundiais, pela capacidade de reduzir a cinzas todas as nações que os contrariassem” (MATTOS, p. 179, 2011). E, assim, teria se manifestado o Almirante Álvaro Alberto Torres<sup>6</sup> a respeito do tema:

É minha convicção de que nos encontramos em face de um dilema decisivo e irrecorrível; ou nos preparamos para tomar posse de nossas riquezas naturais – no caso específico, as atômicas - ou nos veremos constrangidos ao espetáculo degradante de assistirmos, impotentes, à evasão delas, por bem ou por mal. (TORRES apud MATTOS, p. 180, 2011).

Estas citações nos fazem pensar na amplitude do problema que esses pensadores se defrontaram. Poderia alguma nação tornar-se potência respeitada sem o domínio do átomo e, porque não, possuidor de artefato nuclear militar? Pela preocupação dos militares, ao que tudo indica, não. Percebemos embutido, explicitamente, a ideia de autonomia presente nas citações dos autores militares. Mattos e Travassos preocupam-se com a ocupação territorial do interior do Brasil e acreditam, tal qual ocorreu com os Estados Unidos, que esta medida tende a ser um “transbordamento de poder”, no qual o país alcançaria um alto nível de desenvolvimento (TRAVASSOS, 1935; MATTOS, 2011).

Os autores são peça fundamental para a compreensão da relação entre a Geopolítica e a inserção internacional do país, como instrumento do desenvolvimento nacional. Mattos chega mesmo a ser um grande advogado da industrialização do Brasil. Segundo o militar, deveríamos aproveitar nosso potencial e aderir às ideias de grandes empresários e defensores da indústria, como Visconde de Mauá e Roberto Simonsen. Nesse sentido, Mattos reforça o ideal de “renovação das elites”, em que na busca do progresso industrial, “era preciso instilar ideias novas, ideias de crença e fé no destino de nosso país, favorecido pela geografia e lançado para a grandeza” (MATTOS, 2011, p. 50).

Outra importante preocupação de Meira Mattos (1980) diz respeito à integração da Amazônia ao ecúmeno nacional. No seu livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, ele constrói as bases de uma intervenção do Estado brasileiro para a estruturação física e o desenvolvimento da Amazônia Brasileira, bem como de sua integração com as demais parcelas desse bioma pertencentes aos outros países

---

6 O Almirante Álvaro Alberto Torres foi um dos principais incentivadores da pesquisa e política nuclear brasileira e o primeiro presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

sul-americanos. Suas propostas balizaram o tratado entre os países amazônicos que constituiu a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OCTA).

Por fim, cabe salientar a visão do general e geopolítico, Meira Mattos, sobre a ideia de desenvolvimento e modernização, tema muito abordado nas doutrinas Góes Monteiro e de Segurança Nacional. Para Mattos, “não se alcança o desenvolvimento político socioeconômico sem se modernizar os processos de produção e os meios de serviço” (MATTOS, 2011, p. 229). O general pensou e escreveu a respeito das possíveis transformações do país, reforçando a necessidade de se reconstruir a elite nacional e começarmos a pensar o Brasil a partir de investigações originais, internas e próprias de nossa cultura. Isso, para o autor, seria de fundamental importância para nosso processo de modernização e desenvolvimento, pois havia um equívoco no método de importação de visões de mundo, que, para Mattos, apenas nos enganaria (MATTOS, 2011). Assim, geopolítica, desenvolvimento, revolução tecnológica, modernização são termos constantemente utilizados pelo autor e, como vimos, por boa parte do pensamento militar brasileiro, que buscou materializar as potencialidades do país em um grande projeto de poder, qual seja o “Brasil Grande Potência”.

Outro autor determinante no pensamento geopolítico brasileiro, e que ocupou lugares-chave no núcleo decisório militar e estatal, é Golbery do Couto e Silva. Conhecido como “eminência parda”, Golbery exerceu considerável influência na maneira como o Estado brasileiro, sobretudo a partir de 1964, agiu, tendo em vista a conjuntura e pressões da Guerra Fria (PIERANTI; CARDOSO; SILVA, 2007, p. 31).

Em sua clássica obra *Geopolítica do Brasil*, Golbery faz uma apocalíptica alusão aos conflitos e ao uso da guerra como motor da história. Citando grandes filósofos como Hobbes, o autor exorta a necessidade de se pensar o bem-estar e a liberdade associados à segurança (COUTO E SILVA, 1981, pp. 07-09). Com uma visão de mundo bastante realista, Golbery enfatiza a necessidade do Estado (brasileiro, no caso) não depender de outros no sistema internacional instável e anárquico.

A respeito da guerra e das instabilidades, assim pondera o autor:

[...] não entendemos como – a menos que busque por um mecanismo subconsciente de compensação enganar-se a si mesmo e à angústia da instabilidade a que deseja fugir – possa alguém acreditar hoje nos velhos sonhos de uma paz mundial, fundada – e ainda mais para nossos dias ou os dias de nossos filhos – na justiça internacional, na intangível liberdade das nações, reconhecida e respeitada por todos e nesse princípio tão lógico, tão moral, mas não menos irreal, da autodeterminação e absoluta soberania dos povos, o qual, nem por não se poder nele confiar, de forma alguma, importa que se deixe usá-lo e defendê-lo a todo custo como argumento único, que é dos

fracos contra os fortes. O ideal da “renúncia à guerra como instrumento da política” proclamado ingenuamente no Pacto Briand-Kellogg, ainda em meio ao interregno eufórico que apenas separou as duas maiores guerras que já convulsionaram o mundo, viu-se inteiramente ultrapassado pela realidade indiscutível dos fatos. A Liga das Nações nascera já moribunda, triste aborto de um grande idealismo utópico, e a ONU e seu estranho sistema de paternalismo político, por mais que se lhe reconheçam os méritos e as realizações no setor da cultura e da assistência técnica, serviu apenas para citar, à luz meridiana, um palco incruento onde se digladiam tenazmente nações inimigas e irreconciliáveis e onde ressoam as tensões violentas que dissociam o mundo de nossos dias. (COUTO E SILVA, 1981, p. 23-24).

Tendo em vista que ele escreve em uma conjuntura de Guerra Fria e bipolaridade, os Estados Unidos passam a ser o aliado necessário diante do possível embate, ou “guerra total”, como o próprio autor diz. Esta “guerra total” enseja uma preparação absoluta que extrapola o aspecto militar para atingir o psicossocial. Caberia à sociedade um lugar no combate às ameaças ideológicas externas que podem aparecer internamente, como o comunismo. Nesse sentido, comenta:

[...] a guerra moderna que se trava entre as nações, mobilizando toda a força arrasadora, todos os impulsos destruidores, todo o primarismo incontido da emotividade bárbara das massas angustiadas e esporeadas à luta, expandindo-se, em crescendo, a todos setores e atividades, não mais a guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas a guerra total que todos oprime, guerra política, econômica, psicossocial e não só militar, perdurando no tempo sob a forma de guerra fria ou ampliando o seu domínio no espaço como avassaladora onda universal [...] vem acrescer ao velho dilema universal entre a liberdade e a segurança um colorido profundamente trágico. (COUTO E SILVA, 1981, p. 12).

Ao tratar a guerra em uma categoria ampla e absoluta, Golbery insere os elementos psicossociais que aparecem na forma da ideologia comunista a ser combatida. Desse modo, a noção de “inimigo interno” passa a ser fundamental em sua visão profundamente contaminada pela bipolaridade do contexto. Isso vai, em princípio, de encontro com a perspectiva geral da DSN, que, por mais que reconheça a existência da ideologia comunista como danosa, não tolhe a preocupação com o desenvolvimento de um poder militar mundial brasileiro como vimos em outro tópico do trabalho.

Golbery leva às últimas consequências a questão do inimigo interno e acaba, inevitavelmente, submetendo o sonho de “Brasil grande potência” aos constrangimentos do alinhamento com os Estados Unidos na cruzada de ação contra o comunismo. Por mais que o autor reforce o ideal de “grande potência”, suas atitudes e escritos muitas vezes se contradiziam, pois oscilava entre um alinhamento ideológico e subalterno aos Estados Unidos e, em outros momentos – como nos livros de geopolítica –, fazia questão de dizer que o Brasil não era submisso à superpotência estadunidense (CARVALHO, 2009, p. 103).

Todavia, mesmo sendo considerada “eminência parda” por muitos analistas, não se sabe ao certo de que maneira o general influenciou o comportamento do Estado brasileiro no que diz respeito à política externa e ao desenvolvimento. Sabe-se, pois, que as Forças Armadas, desde Góes Monteiro, têm um “projeto de país” que passa pela sua modernização e desenvolvimento do poder nacional com o explícito objetivo de tornar-se uma potência mundial (FERREIRA, 2001, p. 48).

Tendo exposto brevemente as visões geopolíticas de importantes militares brasileiros, passaremos à análise sucinta do regime de 1964, por entendermos que o período representa o ponto alto da participação dos militares na construção da pensada potência mundial.

### **3 1964: A BUSCA DA MODERNIZAÇÃO DEFINITIVA**

Neste tópico, pretendemos analisar brevemente de que maneira os militares buscaram instrumentalizar décadas de conhecimento e teorização acerca da “política ideal de modernização da nação”. Uma inflexão nas relações políticas dos militares com a sociedade nacional levou a 1964. Após uma constante participação indireta<sup>7</sup> – ou mesmo direta em alguns casos, como nas eleições de 1945 em que o pleito contou com dois militares, Eurico Gaspar Dutra (Exército) e Eduardo Gomes (Aeronáutica) - dos acontecimentos decisivos do país desde a proclamação da República, eles podiam agora tomar, explicitamente - isto é, governar diretamente - as rédeas do destino do país. Contudo, como já apresentamos anteriormente, as Forças Armadas não eram tão homogêneas como muitos imaginavam, e os vinte anos de regime de exceção (1964-1985) expuseram a fragmentação dos grupos ou, “partidos fardados” (FERREIRA, 2007, p. 591) que, de uma forma geral, apresentavam-se como “nacionalistas” e “americanistas”. Como examinamos em outro tópico, esta dualidade não é rígida e, salvo algumas exceções, a maioria dos militares era comprometida com o nacionalismo (TREVISAN, 1985, pp. 59-60).

---

7 A participação indireta e igualmente ativa dos militares na política se deu de maneira constante e de maneira, por vezes, imprudente, como no episódio de Jacareacanga (1956) ou na crise do segundo governo Vargas (1954), quando alguns coronéis assinaram um manifesto pedindo a renúncia do presidente. Para mais informações a respeito ver: (TREVISAN, 1985; FERREIROS, 2001).



No entanto, para além da simplificação da dicotomia “linha dura” x “esguianos”, podemos inferir que houve sim uma dupla percepção acerca do comportamento do Brasil com relação ao alinhamento ideológico com os Estados Unidos durante a Guerra Fria. Não há dúvida, como exposto no pensamento geopolítico e na própria DSN, de que o Estado brasileiro se alinhou ao “ocidente” e, portanto, ao lado estadunidense após a Segunda Guerra Mundial. Todavia, houve ensaios e diretrizes mais autonomistas que buscavam conferir maior independência ao projeto de potência mundial.

Vimos este comportamento nos governos Vargas (1951-54), Juscelino (1956-61), Quadros e Goulart (1961-64) e nos governos militares de Costa e Silva a Figueiredo, com ênfase em Geisel. No outro campo do alinhamento, os governos de Dutra (1945-51), Café Filho (1954-55) e Castelo Branco buscaram ser mais ideologicamente submetidos, comprometendo a capacidade de manobra do Estado brasileiro. Não há consenso na literatura, porém, esta classificação que fizemos vai ao encontro de autores como Amado Cervo, Clodoaldo Bueno e Moniz Bandeira, três deles quais utilizamos como base da pesquisa (CERVO; BUENO, 2002; BANDEIRA, 2013).

Retomando, assim, a análise do regime militar, pode-se dizer que o governo Castelo Branco, de matriz esguiana, colocou em xeque a execução do projeto autonomista de grande potência. Em termos de política interna, o governo foi amplamente apoiado por forças historicamente críticas do nacionalismo como a UDN, o jornalista Carlos Lacerda, e instituições como o IBAD e o IPES, além de que sua urdidura e montagem dependeu do apoio financeiro e ideológico da *Central Intelligence Agency* (CIA) e do departamento de Estado estadunidense que preparou uma operação logístico-militar de apoio conhecida como “Operação Brother Sam” (BANDEIRA, 2013, p. 124).

A política econômica de Castelo seguiu as diretrizes da ortodoxia liberal, criação de um mercado de capitais, dissolução da lei de controle da remessa de lucros das multinacionais e esforço no combate à inflação. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), foi o pilar de sustentação de um projeto de desenvolvimento econômico do governo Castelo (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 2005, p. 375).

No campo externo, Amado Cervo argumenta que a diplomacia castelista foi “um passo fora da cadência” (CERVO; BUENO, 2002, p. 368) e procurou desconstruir os alicerces da Política Externa Independente (PEI) elaborada nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Teria o governo agido em três linhas: a bipolaridade, assimilando o ocidentalismo e o anticomunismo; a abertura ao capital estrangeiro, acreditando que o livre fluxo de capital internacional seria facilmente atraído e utilizado como pilar de desenvolvimento; por fim, a contradição, na qual, por um lado, procurava-se reformar a ordem capitalista e reafirmar os interesses nacionais, mas, por outro, a atitude de alinhamento ideológico tolhia qualquer possibilidade de preservação dos mesmos (CERVO; BUENO, 2002, p. 370).

Para Bandeira, o governo Castelo Branco, ao afrontar a política de restrição de exportação de minerais estratégicos e pelo fato de o general-presidente criticar as ações nacionalistas como um traço preocupante das influências socialistas, era a constatação de que:

O projeto de Castelo Branco, teórica e praticamente, induzia o Brasil a abdicar de sua aspiração ao status de potência, resignando aos seus próprios interesses nacionais, como país capitalista em expansão, em nome da unidade do hemisfério ocidental, uma vez que, de acordo com aquela percepção também totalitária, qualquer dissidência significava o favorecimento do comunismo e da União Soviética. (BANDEIRA, 2013, p. 135).

Com a ascensão de Costa e Silva em 1967, o país voltou a vislumbrar um projeto de grande potência na medida em que o alinhamento com os Estados Unidos foi colocado em perspectiva mais pragmática. Considerado um general “linha dura”, Costa e Silva fez o que Cervo e Bueno consideram uma “correção de rumos” e uma “recuperação das tendências” em política externa, confrontando o preconceito das grandes potências como no caso da crítica e não adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) de 1968, e retomando a compreensão de que a ordem internacional deveria refletir sobre as assimetrias Norte-Sul ao invés da noção ideológica Leste-Oeste. Nas palavras de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, “A política externa destinou-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma, na medida do possível” (CERVO; BUENO, 2002, p. 380).

E prosseguem:

[...] a política externa de Costa e Silva apresentou-se com “sentido realista”, isenção ideológica, sem espaços para alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas. Recuperou a margem de autonomia exercida à época de Jânio e Jango, reabilitou o princípio da soberania, legitimando-se diante da nação. (CERVO; BUENO, 2002, p. 383).

É importante reforçar o caráter autonomista do pensamento militar sobre questões sensíveis na agenda mundial. A esse respeito, o embaixador Araújo Castro, representando o governo brasileiro em diversos fóruns internacionais, expõe “o congelamento do poder mundial”. Assim, ele se expressa:

[...] O Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delinea claramente como firme e indisfarçada tendência no sentido do

*Congelamento do Poder Mundial.* E quando falamos de poder, não falamos apenas de Poder Militar, mas também de Poder Político, Poder Econômico, Poder Científico e Tecnológico. O Tratado de Não-Proliferação, ponto mais alto da *dentente*, entre a URSS e os Estados Unidos, é o instrumento central dessa política de congelamento do Poder Mundial. (CASTRO, 1971, p. 40).

Essa crítica do embaixador é fundamental para entendermos o cenário político internacional que o Brasil estava inserido. A questão tecnológica, econômica e militar faz parte de um conjunto do exercício de “potência”, o qual o país buscou por meio de um projeto de desenvolvimento autônomo garantir. A questão nuclear torna-se, de fato, o principal vetor desse arranjo de poder cristalizado pelas grandes potências que procuram manter uma desigualdade, na prática, entre as nações e classificá-las como “responsáveis e irresponsáveis” (CASTRO, 1971, p. 41). O problema do Desarmamento também é citado pelo embaixador que observa o privilégio que a tecnologia nuclear garante a alguns e a outros não.

Como podemos acompanhar ao longo de nossa história recente republicana, sempre houve constrangimentos e cerceamentos que impediram o pleno gozo das garantias citadas que nos dariam a participação mais dinâmica e preponderante nas grandes decisões da agenda mundial. Essa é a tônica das relações internacionais, mesmo que haja espaço para a cooperação, comércio, cultura e amizade entre as nações, o jogo de poder fica intrínseco às grandes potências que transformam o mundo em seu tabuleiro de influência.

A respeito dos temas sensíveis, mas, sobretudo, com relação ao TNP, Oliveiros Ferreira salienta que:

[...] é de justiça reconhecer que, no passado, sempre houve, no círculo dos que realmente decidiam, a preocupação de fazer que o Brasil palmilhasse os tortuosos caminhos da pesquisa nuclear e da tecnologia de mísseis com o objetivo de alterar qualitativamente o posicionamento do Brasil no concerto das nações. A condição para a realização dessa política era que o país não estivesse atado a nenhum tratado internacional que limitasse sua capacidade de pesquisa nesses campos considerados “sensíveis” pelas duas superpotências da época – Estados Unidos e União Soviética. (FERREIRA, 2001, p. 21).

E continua “Entro, aqui, em terreno minado. A decisão de chegar ao domínio completo do ciclo do átomo e de dotar o país da tecnologia de foguetes era, estou convencido, uma política de Estado” (FERREIRA, 2001, p. 21). Mais tarde, o mesmo autor, em tom crítico, escreve:

[...] os governos do período militar resistiram a todas as pressões para que o Brasil aderisse ao Tratado de Não-Proliferação (TNP). Essa política foi abandonada em 13 de junho de 1998, quando o governo Fernando Henrique assinou, para o gáudio dos primeiros signatários, os instrumentos de adesão ao TNP e de ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. (CTBT) (FERREIRA, 2001, p. 21).

No campo econômico, o governo Costa e Silva lançou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que se baseava em investimentos maciços em infraestrutura e utilizava instrumentos mais heterodoxos para alavancar o desenvolvimento nacional. Havia na percepção dos militares mais “linha dura” uma necessidade de se buscar políticas que não constrangessem o crescimento e o desenvolvimento do país. Isso garantiria, igualmente, a legitimidade do regime de exceção diante de um quadro de turbulência social (PRADO, 2011, p. 33).

Afastado por uma trombose em 1969, Costa e Silva dá lugar à Médici que governa até 1974. É, em seu mandato, que ocorre o período de extraordinário crescimento econômico, denominado “milagre econômico”. A economia brasileira atinge taxas de até 14%, como em 1973, e torna-se uma das mais dinâmicas no mundo. Este crescimento se deve aos grandes investimentos públicos em infraestrutura que culminaram com o Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND I), 1972-74 (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008, p. 224).

No campo da política externa, a “Diplomacia do Interesse Nacional” seria a pedra de toque da estratégia de inserção internacional do país com Médici e o chanceler Gibson Barboza. Pensou-se em metas ambiciosas para o futuro como a rápida transformação do Brasil em nação de primeiro mundo. Gibson falava em desenvolvimento e nacionalismo como garantias do interesse nacional. Assim, buscou atribuir cinco funções para isso: alterar as regras que cristalizavam o poder mundial; usar o poder da pátria decorrente do crescimento brasileiro em favor dos povos mais pobres; auxiliar na construção da nova ordem econômica internacional, de forma a alterar o *status quo* nas relações internacionais; ampla solidariedade com os povos em desenvolvimento e aprofundar e manter o universalismo na política externa (CERVO; BUENO, 2002, p. 384).

Um dos momentos mais simbólicos da atuação diplomática brasileira no governo Médici, visando a autonomia, foi a questão da ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas, em 1970, gerando sérios atritos com as potências mundiais. Além da permanente recusa brasileira em aderir ao TNP, o país avançou na sua diversificação de parceria econômica, visando garantir seu desenvolvimento. Japão e Europa tornaram-se importantes parceiros comerciais do país. No campo regional, o Brasil teria ocupado importante papel de controlador e interventor em instabilidades na América do Sul, como no Chile, Uruguai e Bolívia, fazendo

que se cumprisse uma etapa importante do projeto “Grande Potência” a partir da construção da capacidade de potência regional (VISENTINI, 2013, p. 71).

Antes de passarmos para o capítulo seguinte, o qual analisará a questão segurança e sua compreensão como elemento do projeto de poder dos militares – o projeto “Brasil Grande Potência” – cumpre ressaltar que esta meta, qual seja, a de transformar o país em uma potência mundial e modernizá-lo autoritariamente, não foi nem homogêneo, nem linear, pois os “partidos fardados” tornavam a continuidade e coesão política algo difícil. Todavia, isso não impediu a organização em torno de um ideal de modernização forçada, autoritária, e mesmo desenvolvimentista, um plano de governo de caráter nacionalista tipo “prussiano” (COUTINHO, 2006, p. 177)<sup>8</sup>.

Neste sentido, o pensamento militar vinha gestando há algumas gerações - os movimentos “Jovens Turcos”, na primeira década do século XX, o Tenentismo dos anos 1920 etc. -, uma percepção geopolítica do desenvolvimento nacional contida pelos dois pilares da DSN: segurança e desenvolvimento. Estes dão uma ampla margem de interpretação dos seus desdobramentos. Dessa forma, a política externa e a interna submeteram-se ao binômio estratégico com grande ênfase nos governos militares, mas, principalmente, no governo Geisel, que buscou aprofundar o projeto “Brasil Grande Potência” tendo dois eixos: autonomia nuclear e Plano Nacional de Desenvolvimento II (PNDII). Ambos são, em nossa tese, desdobramentos do binômio da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e do pensamento desenvolvimentista militar.

Sobre o desenvolvimentismo, especificamente a respeito do tipo militar de desenvolvimentismo, a melhor abordagem explicativa – em nosso entender - é a do professor José Luís Fiori, na qual, segundo o autor, os elementos weberiano (de modernização do Estado), estruturalista (da industrialização como motor do desenvolvimento) e marxista (que via no desenvolvimento econômico e na revolução democrático-burguesa o atalho para a revolução socialista) foram assimilados e apropriados pela vertente nacionalista militar (FIORI, 2014, p. 105). A Escola Superior de Guerra ESG, com sua doutrina de segurança nacional, instrumentalizou as políticas de desenvolvimento autonomistas e modernizadores. Fiori chama atenção a este respeito ao dizer que:

A matriz teórica e estratégica que teve mais importância (...) foi a teoria da segurança nacional, formulada pelos militares brasileiros, que teve papel central na construção e no controle ou tutela do Estado desenvolvimentista entre 1937 e 1985. (...) O desenvolvimentismo militar (...) se transformou em uma ideologia e numa estratégia específica e diferenciada dentro do universo desenvolvimentista, sendo a única que associava explicitamente

8 Vale ressaltar que o termo “via prussiana”, que significa uma modernização forçada, de cima para baixo e com ampla participação do Estado não teve seu desdobramento apenas com os militares, mas, ao que indicam as pesquisas, foi uma característica nacional desde sua independência.

a necessidade do desenvolvimento e da industrialização com o objetivo prioritário da “defesa nacional” (FIORI, 2015, p. 105).

A despeito de o desenvolvimentismo militar ter buscado a industrialização, a modernização e o incremento autônomo nacional, esta matriz ideológica não conseguiu ou, simplesmente, não considerou o aspecto social da distribuição de renda e a reforma agrária como elementos fundamentais no processo de enriquecimento material nacional. Outro fator que comprometeu o desenvolvimento integral foi o combate excessivo ao “inimigo interno”, o que fez que lideranças nacionalistas da centro-esquerda fossem cassadas ou alijadas da política (FIORI, 2011, online).

Para além da imposição conjuntural dos choques de petróleo e a necessária diversificação de parceiros econômicos, cumpre salientar que o projeto “Grande Potência” - tem em Geisel seu ponto alto - e traz, como citado, a instrumentalização do binômio segurança e desenvolvimento e ainda é a consequência do amadurecimento do projeto nacionalista de muitos militares os quais não viam com bons olhos o alinhamento ideológico automático e restritivo com os EUA, tais como Horta Barbosa, Estilac Leal, Teixeira Lott, Albuquerque Lima, Médici e o próprio Geisel, além de outros militares importantes.

Com efeito, a conjuntura interna e externa desempenhou um papel relevante na execução do projeto modernizador autoritário e desenvolvimentista militar. O governo Geisel promoveu uma política de segurança e de crescimento econômico, buscando construir as bases da autonomia. Na segurança, a questão dos meios e capacidades militares teve ampla relevância, mas o grande salto estratégico foi, indubitavelmente, a energia nuclear. No que tange ao desenvolvimento econômico, Geisel executou uma política econômica de caráter autonomista, buscando construir, via II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), maior capacidade produtiva e menos dependência externa.

Por fim, a política externa do governo do general Figueiredo (1979-1985) preservou o caráter universalista da Política Externa Brasileira (PEB) e teve no seu chanceler, Saraiva Guerreiro, um importante agente da preservação da autonomia e diversificação das relações internacionais do Brasil. No entanto, vale ressaltar que a conjuntura econômica interna e externa contribuíram fortemente para a redução do protagonismo da política externa de postura mais independente. A energia do Itamaraty e do governo estavam voltadas à resolução dos problemas da dívida externa e da enorme crise financeira pela qual passou o Brasil no início dos anos 1980 (CERVO; BUENO, 2002, p. 427).

#### **4 CONCLUSÃO**

No pano de fundo do processo de desenvolvimento do Brasil, no último século e meio, está implícito uma dicotomia, como sua principal questão, a

oposição do pensamento militar ao pensamento da oligarquia civil. É evidente que um processo histórico de evolução tão longa não se explicita com total clareza esta oposição. Nenhum desses pensamentos é puro, nenhum deles deixou de ter influência do outro. É possível, porém, datar a prevalência de ambos. Assim pode-se dividir cronologicamente o predomínio de cada um desses pensamentos: o militar de 1889 a 1896; de 1930 a 1985; e o da oligarquia civil, de 1897 a 1929 e de 1986 até hoje.

O pensamento militar demonstrou-se razoavelmente exitoso na construção do desenvolvimento e modernização brasileira como demonstram variadas abordagens econômicas históricas<sup>9</sup>. Decorrencia de que ele sempre teve por trás de si uma ideologia estruturante e, portanto, um Projeto Nacional de Desenvolvimento, privilegiando a industrialização, a urbanização e a integração do território nacional. E mais de uma política de intervenção do Estado caso o setor privado se demonstrasse incapaz de prover o crescimento econômico do país. Já o pensamento da oligarquia civil aderiu sempre ao liberalismo econômico tão de agrado das potências dominantes, relegando o país a uma posição caudatária e típica de um espaço colonial fornecedor de bens primários para a economia mundial e pasto de interesses e investimentos de exploração primitiva.

Urge, portanto, recuperar o pensamento militar na construção do nosso país, a sua Ideologia do Desenvolvimento, a sua busca do Brasil Potência, se quisermos ter um papel protagônico no destino da humanidade.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

9 É bastante convergente a análise de economistas, mesmo que de cepas diferentes (liberais, marxistas, desenvolvimentistas) que a economia durante o período militar modernizou a indústria e conduziu o Brasil a um patamar diferenciado na ordem econômica internacional. Com a manutenção de uma política econômica mais desenvolvimentista, dando continuidade às iniciativas de Vargas e Juscelino, os governos militares fortaleceram o papel do Estado na modernização produtiva do país. Nesse sentido, por meio dos Plano Nacional de Desenvolvimento I e II (PND I e II), a economia brasileira cresceu acima de 6% a.a, chegando a 14%, em 1973. Todavia, a taxa de crescimento no Regime Civil-Militar (1964-1985) ficou abaixo da do período anterior (1948-1964), de 7,12% (MACARINI, 2008; CYSNE, 1994). Ademais, de acordo com Barros de Castro e Pires Souza (1985), apesar de nos anos 1980 a economia brasileira ter passado por uma forte crise econômica (crise da dívida), foi em função da política de modernização industrial do II PND que o país logrou alcançar um aumento nas exportações de produtos de maior valor adicionado, impedindo assim, que a crise tivesse consequências mais gravosas ao país. Contudo, vale recordar que houve elementos negativos neste processo de modernização autoritária, como a inflação, o endividamento público (dívida externa principalmente) e a concentração de renda. Nosso objetivo no trabalho não foi o de analisar a evolução econômica do período militar, apenas lançar luzes sobre o salto na modernização da estrutura da economia nacional.

BARROS DE CASTRO, Antonio; DE SOUZA, Francisco E. Pires. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, 1985.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. *Revista brasileira de política internacional*, v. 45, n. 2, p. 46-65, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido*. Dados – Revista de Ciências Sociais 47 (1), Rio de Janeiro, 2004: 49-84.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 1950: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva*. Brasília: FUNAG, 2009.

CASTRO, João Augusto de Araujo. O congelamento do poder mundial. In: Exposição dos Estagiários do Curso Superior de Guerra Da Escola Superior de Guerra, 1971, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, jul. 1971.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. *Estratégia e defesa (1960-1990)*. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas. São Paulo: Annablume, v. 4, p. 119-146, 2000.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional: o poder executivo; & Geopolítica do Brasil*. Livraria J. Olympio Editora, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 173-200.

COUTINHO, Luciano. Crise Econômica e Soberania Nacional. IN: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Militares: pensamento e ação política*. Forças Armadas e Sociedade; 1, 1987.



CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. EPGE, Ensaios Econômicos, nº227, FGV, janeiro, 1994.

FERREIRA, Oliveiros S. *A crise da política externa: autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

FERREIRA, Oliveiros S. *Elos Partidos – uma nova visão do poder militar no Brasil.* São Paulo: Harbra, 2007.

FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FIORI, José Luís. *Para reler o velho desenvolvimentismo. Valor Econômico.* São Paulo, 2011.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.; TONETO JR, R. *Economia Brasileira Contemporânea* (6 Edição ed.). São Paulo: Editora Atlas SA, 2005.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

MACARINI, José Pedro. Um aspecto da política econômica do “milagre brasileiro”: a política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 38, n. 1, p. 151-172, 2008.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Destino.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MATTOS, Carlos de Meira. *Projeção mundial do Brasil.* São Paulo: Gráfica Leal Ltda, 1960.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica.* Volume 1. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas /Biblioteca do Exército, 2011.

MESSIAS DA COSTA, Wanderley. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. *L’Espace Politique.* Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique, n. 31, 2017.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas.* São Paulo: Annablume, v. 4, p. 173-213, 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. Perspectivas. Ceará, **Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, 1981, pp.76-83.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Militares: pensamento e ação política. *Forças Armadas e Sociedade*; 1 1987.

PIERANTI, Octavio Penna; CARDOSO, Fabio dos Santos; SILVA, Luiz Henrique Rodrigues da. Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado. Rio de Janeiro, *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 1, p. 29-48, 2007.

PRADO, LUIZ CARLOS DELORME. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. BIELSCHOWSKY, R. et al. *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, p. 23-34, 2011.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008.

SOARES, Alvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

TREVISAN, Leonardo. *O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985. Cadernos de Educação Política.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. Terra Brasilis (online). *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 4-5, 2003.

VISENTINI, Paulo. *A projeção internacional do Brasil 1930-2012*. Elsevier Brasil, 2013.

Recebido em: set 2019

Aceito em: jan 2020